

# GRAMSCI, FORMAÇÃO SOCIAL E NEOFASCISMO BRASILEIRO<sup>1</sup>

Renato de Brito Gomes

## Introdução

Neste estudo bibliográfico debruça-se sobre o crescimento da extrema-direita que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos. Para tal tarefa analisa-se os fundamentos da teoria política de Antonio Gramsci, na qual as categorias utilizadas nos *Quaderni del carcere* que se deseja expor são as de Estado integral, ideologia, partido, intelectuais, crise orgânica e revolução passiva e, por fim, o fascismo. Posteriormente passa-se ao debate da formação social brasileira e suas determinações autocráticas.

Ao fim tem-se elementos para a compreensão da política brasileira em tempos recentes. Contudo, não se considera que o atual crescimento da extrema-direita, denominada a partir de 2015 como neofascista, seja uma repetição do fascismo italiano, nem uma simples evolução das determinações autocráticas inscritas na história da formação social brasileira. Apenas avalia-se que unir as categorias gramscianas com o debate acumulado sobre a formação social brasileira poderá oferecer pistas para uma posterior apreensão concreta do fenômeno atual do neofascismo.

## Política e fascismo em Antonio Gramsci

Em 1925 Gramsci organizou uma escola em que *Saggio Popolare* de N. Bukharin era utilizado para compreensão da relação entre estrutura e superestrutura, daí a hipótese sobre uma primeira fase bukhariana (Cospito, 2016, p. 50). No final de 1930 este passava a ser “o problema crucial do materialismo histórico”. Deixava de existir um ordenamento lógico e cronológico, imperando “elementos para orientar-se” (Q4, 38, p. 455). Crítica o *Saggio* afirmando que “não é tratado o ponto fundamental: como da estrutura nasce o movimento histórico? No entanto este é o ponto crucial de toda a questão do materialismo histórico” e acrescenta que “somente sobre este terreno pode ser eliminado todo mecanismo e todo rastro de ‘milagre’ supersticioso” (Q7, 20, p. 869)<sup>2</sup>.

Reescreve o Q4, 38 (Relações entre estrutura e superestruturas) no Q13, 17 (Análise das situações: relações de força). Enuncia que “o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história” (CC3, p. 36). Deixa de haver uma separação e individualização (em termos duais) e o foco passa para a relação entre ambas<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> A forma escolhida para citarmos os *Quaderni del carcere* será a adotada pela edição brasileira do *Dicionário Gramsciano* (Liguori, Voza), isto é, quando nos referimos a edição crítica italiana a notação será QXX, YY, ZZ, sendo XX, YY e ZZ referentes, respectivamente, ao número do caderno, o parágrafo e a página. Já quando a citação se refere à edição brasileira o formato será CCX, Y, em que X indica o número do volume e Y a página. Acrescenta-se que esta forma segue o padrão internacional de citação adotados nos estudos gramscianos atuais por permitir uma maior aproximação ao “ritmo do pensamento” do autor. Pontua-se ainda que os *Quaderni* em sua integralidade foram escritos entre 1929 e 1935, não sendo possível fornecer um ano preciso, e sim apenas intervalos, para várias de suas notas.

<sup>3</sup> Há quem argumente uma invalidade da metáfora estrutura/superestrutura (Balsa, 2019, p. 87). Outros a sustentam tomando os cuidados em relação a mecanicismos (Bianchi, 2018, p. 109/126; Liguori, 2019, p. 37). Há uma outra posição

O Estado é inicialmente caracterizado como uma “forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção” (Q1, 150, p. 132). Reescrevendo a nota acrescenta que “disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assume o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista” (CC 1, p. 427-8). Em setembro de 1931 apresenta sua teoria do Estado incorporando a noção de sociedade civil<sup>4</sup>. O Estado é visto como “força e consenso, coerção e persuasão” (CC3, p. 247). Anota que “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (CC3, p. 248), e que “na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (CC3, p. 261).

Já as ideologias não podem ser entendidas como esfera autônoma ou derivação estrutural (Frosini, 2014, p. 570). Gramsci classifica-as como orgânicas ou arbitrárias, critica denominações indistintas “à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos” (CC1, p. 237). As orgânicas são “historicamente necessárias”, “elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” e as arbitrárias “não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc” (CC1, p. 237-8)<sup>5</sup>.

Os partidos são caracterizados por suas relações com as classes embora “não (...) [sejam] apenas uma expressão mecânica e passiva”, “reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las” (CC3, p. 203-4). Ao comentar N. Maquiavel nota que “o processo (...) da ‘vontade coletiva’ é apresentado (...) como ‘atributos e deveres’ de uma personalidade concreta” (CC6, p. 374). É “ideologia política que se apresenta (...) como ‘fantasia’ concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva” (CC6, p.374-5).

Nas sociedades modernas “só pode ser um organismo, um elemento social no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação”. Conclui que “esse organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a forma moderna na qual se sintetizam as vontades coletivas parciais que tendem a se tornar universais e totais” (CC6, p. 375)<sup>6</sup>.

Gramsci afirmou que “a tarefa dos intelectuais é aquela de determinar e organizar a revolução cultural, isto é, de adequar a cultura à função prática” (Q8, 171, p. 1044). A compreensão da atividade dos intelectuais seria costumeiramente incorreta porque evidencia

---

avaliando que em Gramsci a metáfora foi “submetida a um processo de sucessivas transformações semânticas e a uma progressiva erosão até ser reformulada a partir do ponto de vista da ‘Análise das relações de força’” (Cospito, 2016, p. 43), ela é semelhante a de Frosini (2010, p. 189).

<sup>4</sup> Seu estudo “leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações dita privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.)” (Cartas, II, p. 84).

<sup>5</sup> Em Gramsci não há uma teoria positiva “absoluta” da ideologia e sim a necessidade de conhecer suas funções, “há, portanto, sempre um duplice estímulo: o do domínio que reafirma a diferença intelectual e o utópico que recolhe as aspirações dos subalternos a uma crítica prática daquela diferença” (Frosini, 2014, p. 579).

<sup>6</sup> Seria preciso refletir “como se forma uma vontade coletiva concreta e atuante”, entendendo-a “como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real”. Deve-se fazer “uma análise histórica (econômica) da estrutura social” (CC6, p. 376) do país em questão. O partido político “deve ser o anunciador de uma reforma intelectual e moral, que é o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular, no terreno de uma forma completa e total de civilização moderna” (CC6, p. 377).

a “característica essencial na natureza intrínseca da atividade intelectual e não o sistema de relações em que ele (...) se encontra no complexo geral das relações sociais” (ibid, p. 476). Para Voza (2017, p. 426) “trata-se de saber observar as funções ‘organizativas’ e ‘conectivas’ (...) que eles desenvolvem (...) nos processos de produção da hegemonia”<sup>7</sup>.

A crise orgânica está associada à estrutura, à superestrutura, com ambas em crise e fraturadas. A crise de hegemonia é “um elemento parcial da mais geral ‘crise orgânica’ (...). Esse elemento é a crise do aspecto “ideológico” do domínio de classe” (Filippini, 2017, p. 161). A crise ocorre quando “a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva” e assim “as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam” (CC3, p. 187). Nestes momentos “o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”. No Q13, 23 lê-se que

Em um certo ponto de sua história, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representada por homens providenciais ou carismáticos. (...) O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente (...). Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou a crise do Estado em seu conjunto (CC3, p. 60-1).

Abordando o fascismo destaca-se dois momentos, um relativo aos textos da juventude e outro dos *Quaderni*<sup>8</sup>. Em 1920 Gramsci afirmou que ocorreria uma “conquista do poder político pelo proletariado” ou uma “tremenda reação da classe proprietária e da casta dominante” (Gramsci, [1920] 2020, p. 117). Em 1921 notava que o movimento significaria “a última ‘representação’ oferecida pela pequena burguesia urbana no teatro da vida política”, momento em que esta classe passa por um “processo de dissolução” associado a indústria e as finanças. Sob direção fascista a pequena-burguesia “macaqueia a classe operária, também faz manifestações de ruas” e “modifica a forma de sua prestação de serviços, torna-se antiparlamentarista e busca corromper as ruas” (EP2, 31-2).

O sucesso da política fascista representava a fragilização de pilares do Estado democrático como “o exército, a polícia, a magistratura” (EP2, p. 32). Em termos da contradição entre capital e trabalho, a “base sólida da organização é a defesa direta da propriedade industrial e agrícola contra os assaltos da classe revolucionária dos operários e dos camponeses pobres” (EP2, 32), representava a “agenda da contrarrevolução” (EP2, p. 33).

---

<sup>7</sup> Através do entendimento dos nexos conectivos e organizativos pode-se compreender a distinção entre intelectuais tradicionais orgânicos, onde estes últimos possuem relação íntima e consciente com os projetos societários das classes sociais.

<sup>8</sup> Estes textos refletem momentos históricos distintos em relação ao avanço das forças fascistas na sociedade italiana, os primeiros de 1921-22 são escritos num momento de ascensão do movimento e em um “ambiente de golpe de Estado”. Em contraposição, as notas dos *Quaderni* são redigidas com o fascismo constituído enquanto Estado após 1925-26.

O fascismo era “a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e de tiros de pistola” (EP2, 47). Restam elementos a serem destacados no período 1921-22 (Calil, 2019). Um era o Partido Socialista Italiano e sua incapacidade de organização da classe (EP2, 27). Criticou a *Confederazione Generale del Lavoro* por não abordar os problemas da classe (EP2, 41), dentre eles a ascensão do fascismo.

O Estado e o fascismo eram os dois “aparelhos punitivos e repressivos” e o tempo poderia “amalgamar (...) oficialmente estes dois aparelhos”, o caminho seria “um golpe de força dirigido contra os organismos centrais do governo” (EP2, 78). O crescimento do fascismo ocorreu graças à contribuição “de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guarda-régias, carabineiros) e da Magistratura” (EP2, 66). A permissividade do governo à existência de milícias apontava um “ambiente que decorre necessariamente no golpe de Estado” (EP2, 100).

Em 1922 ocorreu a Marcha Sobre Roma e a proclamação B. Mussolini como *Duce*. Gramsci vai para a URSS e volta em 1924, na condição de deputado e secretário-geral do *Partido Comunista d'Italia*. Neste ano ocorreu o assassinato de Giacomo Matteotti levando o fascismo a uma crise, antes de, por fim, consolidar-se em novo patamar em 1925-26.

Em novembro de 1925 notava novidades na forma sobre como se exerce a dominação burguesa e o grau de pressão que passava a vigorar. O fascismo avançava na “unificação orgânica de todas as forças da burguesia sob o controle de um único centro (direção do Partido Fascista, Grande Conselho do fascismo e governo)”, uma nova e singular forma de dominação burguesa. Obtinha sucesso na incorporação de grupos ainda autônomos, articulou setores burgueses e inviabilizou organizações autônomas de trabalhadores. Em 1926 afirmou que havia “uma unidade ideológica e organizativa nas formações militares (...) que revive a tradição de guerra (arditismo)” com o objetivo de “conceber e pôr em prática um plano de conquista do Estado” (EP2, 332)<sup>9</sup>.

Nos *Quaderni* o fascismo aparece em um número reduzido de notas<sup>10</sup>. Somado aos momentos em que aparece de forma implícita argumenta-se que a categoria adquire maior relevância relacionada às outras temáticas centrais. Existem elementos conectivos entre o debate do fascismo com a discussão do Estado, da ideologia, do partido e dos intelectuais.

A problemática ganha contornos centrais no *Quaderno 6*. O fascismo começava a aparecer relacionado ao debate do Estado em sentido integral. Fazendo uma crítica a concepção de Estado de uma publicação fascista relacionada a Marcha Sobre Roma, afirmou:

[...] o Estado não era “neutro e impotente”, como se costuma dizer, precisamente porque o movimento fascista era seu principal suporte naquele período; nem podia haver “guerra civil” entre o Estado e o movimento fascista, mas só uma esporádica ação violenta para mudar a direção do Estado e reformar seu aparelho administrativo. Na guerrilha civil, o movimento fascista esteve alinhado com o

---

<sup>9</sup> A síntese de 1926 afirma que “o fascismo modifica o programa de conservação e de reação que sempre dominou a política italiana tão somente por adotar um modo diverso de conceber o processo de unificação das forças reacionárias. Os fascistas substituem a tática dos acordos e dos compromissos pelo objetivo de realizar uma estreita unidade de todas as forças da burguesia num só organismo político, sob controle de uma única central, que deveria dirigir ao mesmo tempo o partido, o governo e o Estado” (EP2, 332).

<sup>10</sup> Pode-se ver o tema presente nos Q3, 55 (CC3, 198); Q3, 106 (CC2, 90); Q6, 150 (CC5, 264); Q6, 173 (CC4, 212); Q7, 55 (CC5, 273); Q7, 56 (CC5, 274); Q7, 84 (CC3, 266); Q7, 93 (CC3, 267); Q8, 16 (CC 1, 445); Q8, 102 (CC 2, 165); Q8, 236 (p. 1089); Q10, 9 (CC1, 299-300); Q10, 14 (CC1, 322-3); Q13, 23 (CC3, 60-71); Q14, 47 (CC 5, 313); Q15, 3 (CC 3, 324); Q15, 49 (CC 4, 136); Q17, 14 (CC 3, 351); Q25, 4 (CC 5, 139).

Estado, não contra o Estado, a não ser por metáfora e segundo a forma externa da lei (CC5, p. 264).

Expõe um documento do Partido Nacional Fascista que defendia não haver contradição entre a participação no movimento e na Ação Católica (CC4, p. 212). No *Quaderno 7* anota a necessidade de investigação das instituições criadas pelo fascismo (CC5, p. 273)<sup>11</sup>. Os nexos entre o fascismo e o Estado começou a ganhar seus traços definitivos no Q8, 236, com o fascismo sendo visto como algo capaz de, enquanto Estado, promover modificações na economia italiana através de um processo que colocado em perspectiva histórica significava um período de revolução passiva<sup>12</sup>. Reescreve no Q10, 9:

A hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos: ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais. Que um tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medida e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativa e de esperanças, notadamente em certos grupos italianos, como a grande massa dos pequeno-burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais. (CC1, p. 299-300).

## Transições econômicas, políticas e autocracia burguesa

O desenvolvimento econômico e a dinâmica de classes do capitalismo global sempre gerou uma dinâmica interna. Caio Prado avançou na interpretação da escravidão, sublinhou um caráter já capitalista na Colônia (Hirano, 2020, p. 30) e demoveu a formulação de restos feudais, tratava-se de “remanescentes de relações escravistas” (Prado Jr., 1987, p. 104).

Clóvis Moura caracteriza um modo de produção escravista. No escravismo pleno “estrutura-se em toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista), a qual irá configurar praticamente o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos” (Moura, 2020, p. 31-2). Ocorreu um processo de modernização após a vinda da família real e da proclamação da Independência, em 1850 com a proibição do tráfico acentua-se a premência por modificações. Nelas “a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou”, com

---

<sup>11</sup> No Q7, 93 o fascismo aparece conectado à questão do Estado e do partido. Comenta sobre as novas prerrogativas da Coroa e sua forma de personificar a soberania e a transferência deste papel aos novos grandes partidos de tipo totalitário. Os novos partidos totalitários, havendo uma referência explícita ao fascismo, podem absorver de forma cada vez mais integral as funções que antes pertenciam à Coroa e ao Estado (CC3, p. 272).

<sup>12</sup> “Um novo “liberalismo”, nas condições modernas, não seria precisamente o ‘fascismo’? Não seria o fascismo precisamente a forma de ‘revolução passiva’ típica do século XX como era o liberalismo do século XIX? (...). (Poder-se-ia assim conceber: a revolução passiva ocorreria no fato de transformar a estrutura econômica ‘reformisticamente’ de individualista em economia de acordo com um plano (economia dirigida) e o advento de uma ‘economia média’ entre os puros individualista e segundo um plano no sentido integral, permitiria a passagem a formas políticas culturais mais avançadas, sem cataclismos radicais e destrutivos de forma exterminadora.” (Q8, 236, p. 1088-9).

conteúdo que “ao serem aplicadas (...) irão servir aos detentores do poder, às suas instituições e elites executoras (...) que representam o passado e criam níveis de resistência à mudança social”, ou seja, “o moderno passa a servir ao arcaico” (ibid, p. 82).

A formação do capitalismo brasileiro pode ser dividida em três momentos e em nenhum deles ocorreu uma repetição do que se deu nas nações centrais. O momento da formação do capitalismo possui uma dupla articulação. Uma diz respeito às relações internas das classes (o setor arcaico e moderno) e a outra as externas (burguesias internas e externas) (Fernandes, 2005, p. 283). A fase monopolista iniciou nos anos 1950 sendo decididamente implantada após 1964. O conteúdo da dominação burguesa foi denominado de “institucionalização política da autodefesa de classe” (ibid, p. 311) e o Estado “se constituiu no veículo por excelência do poder burguês” (ibid, p. 312).

Transformação capitalista e democracia estão separadas, formou-se uma autocracia burguesa. Nos momentos de crise, a burguesia brasileira optou por soluções sem “conciliação entre as classes”, tentativas neste sentido romperiam a dupla articulação. A discussão do processo de contrarrevolução permanente realizado pela burguesia brasileira nos leva para o âmbito da política. Concretizou-se de uma forma considerados os projetos das classes na história, passava-se “de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista para uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida” (ibid, p. 398)<sup>13</sup>.

As posteriores transformações voltadas para o mercado redefinindo o papel do Estado são tão importantes quanto as anteriores. Destaca-se que “o neoliberalismo em nível mundial se configura como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contrarreforma do Estado” (Behring, 2008, p. 129)<sup>14</sup>. Tendo anos iniciais conturbados, com o Plano Real acabou “possibilitando uma rearticulação das forças do capital no Brasil, como há algum tempo não se via” (ibid, p. 156)<sup>15</sup>.

Mais uma vez promoveu-se modificações internas intencionando uma reinserção global. As políticas neoliberais não eram um caminho único, representavam a reafirmação da opção de inserção subalterna no capitalismo. Aliás, “uma escolha, bem ao estilo de condução das classes dominantes brasileiras ao longo da história” (ibid, p. 198).

O período do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo tem sua tônica fornecida pela *Carta aos Brasileiros* onde indicava intenção de não romper com os pilares do neoliberalismo. Quais seriam as determinações centrais do período petista? Em síntese,

[...] os governos do PT amplificaram determinadas ideologias das classes dominantes, apresentando-as como caminhos para uma “governança” baseada na “concertação social”, na conciliação de classes, no “desenvolvimento sustentável” do ponto de vista social, etc. Um arsenal ideológico [...] que envolve um discurso “social-liberal” de superação do neoliberalismo clássico pela perspectiva de crescimento com “justiça social” e que, em alguns momentos, apelou para o que

---

<sup>13</sup> O debate do controle do Estado também é político já que “a instauração e a continuidade de uma ditadura de classe aberta e rígida convertiam o Estado nacional no núcleo do poder burguês e na viga mestra da rotação histórica” e, ao mesmo tempo, foi “através do Estado nacional (...) que essa ditadura de classe iria mostrar quais são os parâmetros políticos do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (ibid, p. 398-9).

<sup>14</sup> Harvey (2014) caracteriza como passando do modelo rígido fordista para um regime toyotista flexível e Mandel (1982) como o início da onda longa de estagnação. Em todo caso, importa sublinhar que o neoliberalismo é um fenômeno que visa retomar as taxas de lucros para patamares superiores aos da crise da década de 1970.

<sup>15</sup> Em síntese, tem-se que “para a burguesia, há um deslocamento patrimonial dos capitais e uma inserção mais forte do capital estrangeiro, bem como uma rearticulação política em torno da coalizão liderada por Cardoso, mesmo com eventuais tensões internas, que foram se aprofundando ao longo do tempo. Para os trabalhadores, é evidente o recrudescimento das condições de vida e de trabalho, com ataque simultâneo aos direitos sociais, ensejando um período de lutas defensivas (ibid, p. 167).

foi definido como “neodesenvolvimentismo”, apresentado como combinação de papel ativo do Estado na indução do desenvolvimento econômico do país, sustentável porque ampliando empregos, distribuindo renda e, focalizadamente, retirando milhões da pobreza mais extrema. (Mattos, 2016, p. 101).

Assim, “uma vez na presidência da República, o PT converteu-se em uma eficiente máquina partidária capaz de gerir o capitalismo brasileiro melhor, e mais seguramente, do que as próprias representações políticas tradicionais da burguesia brasileira”. Pode-se afirmar que “o PT conseguiu, por meio da coadunação de contrarreformas, redução do desemprego, aumento do consumo popular e políticas sociais compensatórias, garantir o sono tranquilo da burguesia brasileira” (Demier, 2017, p. 83)<sup>16</sup>. Entretanto, no momento em que a economia deixasse de ir bem a sustentação hegemônica estaria abalada, não há como subdimensionar o papel da crise para o fim do ciclo petista e para o desenrolar das jornadas de junho de 2013.

Embora a vida tenha melhorado pela inclusão pelo consumo, o mesmo não ocorreu com os serviços públicos e os direitos sociais. Quando mesmo o consumo começou a sofrer seus abalos a situação explodiu. A combinação de austeridade fiscal com incentivo ao mercado interno já não produzia resultados satisfatórios para a sustentação da hegemonia.

As chamadas “Jornadas de Junho” marcaram, de um lado, a emergência de demandas populares por direitos universais – como melhoria dos sistemas públicos de saúde e educação – e, por outro lado, um primeiro ensaio da ocupação de espaços políticos por parte de um setor organizado da direita, que se apresentou publicamente com pautas de combate à corrupção (Mattos, 2020, p. 148).

A classe trabalhadora estava de volta às ruas e esta é (quase) sempre uma boa notícia. No entanto, as jornadas também foram marcadas pelo aparecimento público de movimentos organizados ultraliberais e conservadores, mesmo que não fosse majoritário ou hegemônico. Considerada a contradição ela não pode escamotear seu conteúdo central, “as ‘Jornadas de Junho’ de 2013 possuíram um sentido de classe, em seu eixo central” (Mattos, 2016, p. 95)<sup>18</sup>.

## **Nova direita e neofascismo brasileiro**

Parte das interpretações sobre o neofascismo localiza 2013 como o primeiro momento em que a direita vai às ruas e 2015 representando uma inflexão em direção a

---

<sup>16</sup> Em análise semelhante sublinha-se que “por vias tortas, o lulismo construiu uma versão tupiniquim e abastarda do pacto social-democrata. No lugar do Estado de bem-estar social, uma tímida viabilização do acesso ao mercado de bens de consumo, graças à redução da pobreza e do aumento do poder de compra dos salários, em particular do salário mínimo. Os programas de garantia de renda foram o carro-chefe da política social do governo e o diferencial que marcou as gestões petistas, com os serviços públicos permanecendo num distante segundo plano. Além de indicar o desinteresse pela construção de uma lógica social alternativa ao capitalismo e a rendição ao modelo de desenvolvimento vigente, essa política não desafiava a transferência do fundo público para investidores privados” (Miguel, 2019, p. 107).

<sup>17</sup> Outra intérprete aponta que “após anos de mobilização popular, com a vitória de Lula em 2002, iniciou-se uma nova era do PT, o lulismo, caracterizada por políticas de redução da pobreza e inclusão social e financeira em conciliação com as elites. Mas a relação entre o Estado e a população mais pobre se tornava mais individualizada e despolarizada a cada dia, demandando menos esforço na construção do coletivo. O recado do governo para as camadas mais vulneráveis era mais ou menos assim: ‘Toma aqui o seu cartão Bolsa Família, cumpra o checklist e tchau’. Aos poucos, houve uma gradual desmobilização das bases petistas e o esvaziamento da lógica coletiva. Mas isso não era um problema enquanto a economia ia de vento em popa” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 98-9).

<sup>18</sup> Este argumento afasta a hipótese simplista e instrumentalizada politicamente de que haveria uma simples continuidade entre as jornadas de 2013 e as manifestações reacionárias de 2015. Embora exista uma relação, ela não é linear e só pode ser entendida à luz das atuações das principais classes sociais e seus representantes.

bandeiras conservadoras e neofascistas. No entanto, avalia-se existirem continuidades, em sentido econômico e político a nova direita gestou-se antes das jornadas.

Em 1993 foi fundado o Instituto Atlântico iniciando em 2010 a campanha Movimento Brasil Eficiente, buscava pautar uma visão de Estado mínimo e eficiente (Casimiro, 2018, p. 199). Em 2003 foi fundado o Grupo de Líderes Empresariais, sendo João Doria seu articulador central, o objetivo era “a partir do discurso e defesa da livre iniciativa (...) organiza[r] e promove[r] (...) projetos que representam os interesses da grande burguesia” (ibid, p. 208).

Em 2001 surgiu o Movimento Brasil Competitivo defendendo um Estado enxuto e eficiente almejando “a conversão da administração pública dentro dos moldes da iniciativa privada” (ibid, p. 254). Estes aparelhos objetivam o que Rocha (2018) denominou de “reconfiguração da ossatura estatal”, no entanto existem outros diretamente conectados com as ações ideológicas.

Em 1983 foi fundado o Instituto Liberal por empresários e intelectuais orgânicos da tradição ultraliberal. Tinha atuação “voltada à pesquisa, produção e divulgação ideológica fundamentada no pensamento liberal, principalmente nos clássicos da Escola Austríaca de Economia” (ibid, p. 261). Em 2013 sofreu modificações e passou a ser presidido por Rodrigo Constantino. Assim, “mais do que uma simples mudança de diretoria, essa nova composição representa transformações na própria imagem e postura da instituição” que “passa a assumir uma atuação midiática mais incisiva” (ibid, p. 306-7)<sup>19</sup>.

Fundado em 1984 o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) objetiva a formação de lideranças empresariais, possui reconhecimento internacional e incidi na disputa de hegemonia através de debates econômicos e políticos organizados por “intelectuais orgânicos de atuação política e defesa dos valores neoliberais” (ibid, p. 315). Visando a formação destes intelectuais em 1988 surge o Fórum da Liberdade, principal fórum do liberalismo no Brasil. Há uma espinha dorsal de defesa do ideário neoliberal, ou mesmo ultraliberal e, ainda, conservador<sup>20</sup>. Abriga “heterogeneidade de posições ideológicas, sem perder o horizonte pautado nas matrizes liberais e no conservadorismo” (ibid, p. 331).

O Instituto Millenium (Imil) surge no Fórum em 2006, é formado por intelectuais e empresários e visa a defesa de uma “sociedade livre”, ancorada no ultraliberalismo, na propriedade privada, na liberdade individual, no funcionamento absoluto do mercado e na limitação dos governos e Estado. Conecta liberais e conservadores objetivando promover disputa social e construir consenso intraclasse. Dispõe do apoio da grande burguesia e possui elevada capilaridade. Entre seus fundadores e curadores estão editores e jornalistas de grandes veículos, professores de importantes universidades e ex-funcionários do Banco Mundial<sup>21</sup>.

Criado no Fórum em 2010, o Instituto Von Mises Brasil defende o programa da Escola Austríaca. A propriedade privada é estendida a todas as esferas da vida e tem nos

---

<sup>19</sup> Foi exatamente a partir destas reformulações que o IL passou a congrega toda espécie de liberais, incluídos os que buscam a unificação ao ideário conservador.

<sup>20</sup> O ultraliberal e conservador Walter Block participou do evento no ano de 1992 e a presença de economistas da Escola Austríaca e da Escola de Chicago são marcantes na década de 1990. Em 2000, 2001, 2002, 2004 e 2005 Olavo de Carvalho esteve presente.

<sup>21</sup> Em 2015 o Imil tinha 284 intelectuais e 82 articulistas convidados (ibid, p. 374). Jornalistas da Veja, Istoé, Época, Exame; professores da USP, Unicamp, UFRJ, UFMG, UFF etc; e membros diretos do grande capital, representantes da Fiesp, Fierj, Febraban, Fecomércio etc. É o aparelho de hegemonia analisado com maior inserção nas trincheiras da sociedade civil, possui uma grande capacidade na luta de hegemonias.

teóricos Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e Murray Rothbard suas referências. Estaria no “Estado e nos direitos por ele garantidos o grande entrave à sua prosperidade material e sua concepção de liberdade” (ibid, p. 378). A supremacia do mercado é fundamentada na suposta “natureza humana”, maximizadora de benefícios individuais. Só assim seria plenamente alcançada a democracia e a liberdade que estariam vinculadas ao funcionamento e amplitude do mercado.

Relevante para o surgimento da nova direita e sua ida às ruas é o Estudantes pela Liberdade (EPL) e seu braço no movimento, o Movimento Brasil Livre (MBL). Foi apresentado no Fórum (2012) e tem atuação voltada para disseminação do ideário ultraliberal, buscando nas universidades novos quadros<sup>22</sup>. Possui relações com o IEE e o Imil, surgiu a partir de conexões entre outras instituições e bem localizado na teia das relações da nova direita brasileira<sup>23</sup>. Configura-se como a “versão brasileira do Students for Liberty” (ibid, p. 398) e tem o objetivo de “educar e empoderar” uma geração de líderes em prol da liberdade de mercado. Por receber financiamento de fontes que proíbem atividade política encontrou-se em um impasse nas jornadas de 2013 já que vários de seus integrantes desejavam participar das manifestações e incidir sobre suas pautas. A solução foi a criação do MBL<sup>24</sup>.

Outra investigação também identifica as origens desta nova direita antes das jornadas. O primeiro movimento surgiu em 2005 no mensalão, o Movimento Endireita Brasil, sendo seu principal representante Ricardo Salles (Rocha, 2021, p. 87). Tem-se também o movimento Cansai (Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros) fundado em decorrência do acidente do voo TAM, tinha seu mote na denúncia do “caos aéreo” e entre seus integrantes sindicatos patronais e empresários. Mesmo sem penetração de massas, persistiram organizando-se e buscando brechas para disputa ideológica. Foi em fóruns e páginas da internet que encontraram alguns destes espaços.

Na década de 1990 o blog de Olavo de Carvalho contava com a participação de outros analistas críticos ao marxismo e a partidos de esquerda. Sua fama levou a criação de comunidades no Orkut, algumas dedicadas ao intelectual e outras debatiam diferentes formas de liberalismo. Isto os levou “a perceber que todos defendiam uma versão do capitalismo de livre mercado muito mais radical do que o neoliberalismo” (ibid, p. 101). No entanto, em 2005/6 ainda se mantinham restritos aos meios de comunicação digitais<sup>25</sup>.

A tentativa de fundação de um partido ultraliberal referenciado no *Libertarian Party* pode ser compreendida no bojo deste processo. O Liber foi impulsionado por debates em redes sociais e seus membros eram principalmente estudantes e profissionais liberais. Tinha inserção em várias capitais, mas sua legalização nunca ocorreu. Entretanto, considera-se que

---

<sup>22</sup> Parte de uma leitura de que a academia brasileira seria dominada pelo marxismo e pela esquerda o que, portanto, justificaria a razão da existência do movimento.

<sup>23</sup> Uma das afinidades mais sólidas, no que diz respeito à circulação de representantes e na defesa de princípios ideológicos, ocorre com o Instituto Mises Brasil. Isso porque “a fundamentação ideológica e doutrinária que sustenta a proposta do EPL (...) transita do neoliberalismo da Escola Austríaca com Mises e Hayek até o libertarianismo concebido por Rothbard” (ibid, p. 398).

<sup>24</sup> Nota-se uma reorganização na sociedade civil e pressão na institucionalidade estatal. Pôde-se sublinhar conexões entre instituições no sentido da ampliação da capacidade de luta entre hegemonias em torno dos aparelho que visam construir e difundir consensos orientados pelo ultraliberalismo e, por vezes, também conservador. Em suma, “estamos diante, portanto, de uma frente ampla de ação política e ideológica como um verdadeiro partido, no sentido gramsciano” (ibid, p. 406).

<sup>25</sup> Em síntese, pode-se afirmar que “a divulgação mais consistente das atividades relacionadas à nova direita em formação para audiências mais amplas foi levada a cabo principalmente pela ação dos ultraliberais, que, a partir de 2006, passam a formar novas organizações civis, grupos de estudo e chapas para centros acadêmicos, além de frequentar os circuitos constituídos pelos antigos think tanks pró-mercado” (idem, p. 112).

a sua “militância reunida (...) criou laços importantes (...) [que] foram importantes para o processo de institucionalização da nova direita na sociedade civil” (ibid, p. 118).

Se 2013 foi uma revolta progressiva também foi o momento em que esta nova direita ensaiou sua primeira ida às ruas. As manifestações incorporaram um sentimento contra a ordem e viam nos governos do PT um alvo, justamente a partir desta percepção a nova direita avaliou poder encontrar espaço. Sem colocar em dúvida o sentido das jornadas de 2013, trata-se de discutir o seu legado. Os eventos “puseram em xeque os governos em todos os níveis” (Mattos, 2016, p. 96) o que gerou uma reação das classes dominantes. Os anos seguintes viram um crescimento desta nova direita que passava a contar com novos movimentos. Desta forma, embora “em última análise, progressivo, junho de 2013 representou, contraditoriamente, o marco inicial da situação que hoje enfrentamos” (Mattos, 2020, p. 158).

A investigação do período envolve o deslocamento ideológico das manifestações que passam das fragmentadas demandas por direitos a defesa consistente de pautas reacionárias. Ocorre também uma reorganização política das classes dominantes que colocava em questão a capacidade do PT de gerir o capitalismo brasileiro.

Observa-se uma mudança na “trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil” que possuiria a sua inflexão na “grande vaia sofrida pela presidenta da República ao ter seu nome anunciado” na Copa do Mundo em 2014. Seria este “o momento inaugural do discurso conservador, fundamentalmente antipetista” que passava a se fortalecer “dando sentido às manifestações por seu impeachment em março de 2015” (Pinto, 2019, p. 42). Dentre os movimentos que organizaram as manifestações de 2015 merecem destaque o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua e o Revoltados Online. Messenberg (2019, p. 183) aponta alguns atores de então como os “mais influentes formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros” em que são presentes “movimentos sociais, jornalistas e políticos”.

Em 2014 ocorreram os primeiros atos defendendo o impeachment, embora vazios e sem o apoio da burguesia. Tendo como mote a denúncia de suposta fraude nas eleições, a manifestação foi anunciada menos de uma semana após a vitória da petista. O elemento central é que “pela primeira vez, os ultraliberais, os Revoltados Online e figuras icônicas como Eduardo Bolsonaro e Olavo de Carvalho se uniram torno de pautas em comum” e isso significava “um marco no processo de consolidação da nova direita” (Rocha, 2019, p. 152).

Continuaram em 2015 em cenário de visibilidade da Operação Lava Jato. A corrupção era vista como o principal problema do país e em 15 de março ocorreu outra manifestação. Os manifestantes reuniram-se em milhares e foram especialmente mobilizados pelo antipetismo e contra a corrupção. Os atos passaram a ser de massas e contar com o apoio da burguesia em um processo que se avalia constituir o surgimento do neofascismo e seus principais traços diferenciadores em relação à anterior nova direita.

Numerosas manifestações ocorreram em 12 de abril, 16 de agosto e 21 de outubro. Entendidas a mudança de pautas e composição social entre as jornadas de 2013 e as manifestações em 2015, contudo, não é possível entender a história sem a compreensão da atuação da nossa classe dominante. Insiste-se em pontuar que as manifestações de 2013 não podem ser vistas como reacionárias, o que efetivamente só ocorreria em 2015. Entretanto,

deram origem ao progressivo deslocamento de frações da classe dominante em relação ao governo, uma vez que os protestos demonstravam que a administração petista já não era eficiente em entregar aquilo que prometia [...]: a paz social baseada na lógica da conciliação de classes (Mattos, 2020, p. 158).

A situação começou a mudar em 2013 e transformou-se definitivamente em 2015 com os atos neofascistas. Isto porque “por mais que tenha prestado enormes serviços à burguesia brasileira, o PT não é um lídimo filho dela” (Demier, 2017, p. 85). Em síntese, ocorreu tanto uma inflexão ideológica das manifestações ao longo dos anos posteriores a 2013 como, em paralelo, um deslocamento das classes dominantes que não viam mais nos petistas representantes eficientes do seu programa. Todo este cenário leva ao impeachment de Dilma.

Michel Temer implementou o “programa do golpe” e da extrema-direita ainda que com nuances. Antunes (2018, p. 269) aponta “uma nova fase da contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultraliberal e em fase ainda mais agressiva”. No entanto, o neofascismo procurou construir-se através de seus próprios quadros e Temer não era um deles. Assim, é possível afirmar que “a menos um de ano e meio das eleições de 2018, a ‘hegemonia liberal-libertária’ existente no período de formação da nova direita já havia dado lugar a um amálgama ultraliberal-conservador” (Rocha, 2021, p. 162). Para as classes dominantes importava dar prosseguimento a “razão golpista”, isto é,

A retirada de direitos deve continuar, mas sob vestes democráticas. O baile da austeridade tem que continuar, porém, depois de outubro, seus participantes deverão vestir as máscaras constitucionais que em 2016 haviam sido dispensadas. O programa do golpe, portanto, precisa seguir sendo aplicado por meio de um novo governo, surgido das urnas – é o que pensa a razão golpista (Demier, 2019, p. 76).

O cálculo não realizado era de que o caldo de cultura fomentado no golpe pudesse recair sobre seus próprios aparelhos de hegemonia. Assim, “mesmo com Lula da Silva impedido de concorrer, as candidaturas dos partidos da ordem não se viabilizaram eleitoralmente, derrubadas pelo veneno das críticas à ‘velha política’” (Mattos, 2020, p. 163). Mesmo tendo apoiado as manifestações da extrema-direita com o objetivo da retirada do PT do governo, J. Bolsonaro não era o primeiro plano da burguesia brasileira.

A aliança é selada tendo em vista que o segundo colocado nas eleições era Fernando Haddad, o objetivo deveria ser impedir o retorno do PT ao poder. Mediar com Bolsonaro era preferível do que com um partido de base trabalhadora com um programa reformista. Assim, “a chegada de Bolsonaro ao poder ocorreu em uma combinação de crises no plano econômico, político e social, na qual a legitimidade de um determinado padrão de ‘gestão’ da dominação de classes se viu profundamente abalada” (ibid, p. 163).

Por fim, expõe-se as relações do neofascismo com o Estado, sua ideologia, movimentos e intelectuais. Um dos elementos ideológicos é a defesa dos interesses dos militares que contêm aspectos econômicos e políticos, defende “melhores remunerações e mais ‘direitos’ para tropa” conectados “a defesa sistemática da ditadura militar e, particularmente, de suas dimensões de terrorismo de Estado, como a tortura e eliminação de opositores políticos” (Mattos, 2020, p. 168-9).

Como o fascismo histórico, mais do que teorizar, o neofascismo procura ressignificar aspectos gerais de formulações reacionárias e conservadoras e, em paralelo, leituras do

próprio fascismo. Empenha diversos intelectuais orgânicos na tarefa, ainda que por vezes tenham formulações que são distantes da realidade, em sentido gramsciano cumprem papel organizativo e conectivo na consolidação da nova força social.

Olavo de Carvalho ocupou um lugar central, o intelectual aparenta ser o mais importante desta necessária e limitada tentativa de “teorização”. Embora afirme-se que não há uma teoria, ressalta-se que há uma “visão de mundo” articulada, bem como expressões neofascistas no senso comum. É o principal formulador da disseminação da leitura que o Brasil seria dominado por aquilo que convencionou chamar de “marxismo cultural”.

Um determinante desta ideologia, associado ao fascismo e a ditadura militar, é a defesa do nacionalismo. As cores verde e amarela estavam presentes nas manifestações desde 2015, um dos motivos para a retirada do PT estaria no fato de que o “Brasil [está] acima de tudo”. Igualmente, com a chegada de Bolsonaro ao poder o slogan oficial do governo, em sintonia com a ideologia neofascista, passaria a ser “Pátria Amada Brasil”.

Outro ponto é o fundamentalismo religioso. Denominações religiosas com diferenças expressivas, incluindo-se lideranças de cunho católico, mas principalmente protestantes, difundem aquilo que se precisou como “teologia da prosperidade”. É a ideia de que os destinos são decididos através das iniciativas individuais, seus modelos de fé são marcados por um conservadorismo generalizado combinado a visão ultraliberal da sociedade.

Elemento utilizado para atacar a política, os partidos e diversos movimentos é o discurso do combate à corrupção. Ativado demagogicamente, ele foi utilizado tanto pelo fascismo histórico como em momentos passados da conjuntura brasileira em que houve ascensos conservadores como forma de contenção de insatisfações populares.

Em relação a raça o enfoque discursivo é a figura do “vagabundo”, algumas de suas máximas são “bandido bom é bandido morto” ou “direitos humanos para humanos direitos”. Lembra-se que o que caracteriza o vagabundo “não é seu trabalho, honestidade ou esforço, mas relações de poder estruturadas no eixo raça, classe e ideologia” e pontua-se que “as raízes sociais do vagabundo se encontram na figura do vadio e do marginal do período colonial” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 142)<sup>26</sup>.

No debate de gênero Pinheiro-Machado (2019, p. 153) observa que as mulheres neofascistas defendem um “falso nacionalismo, apego a uma noção reducionista de família e antifeminismo como defesa da beleza e feminilidade”. A ideologia neofascista combate a esquerda através da crítica ao que denominavam “ideia de sujeira e higiene”, isto porque “essas mulheres ‘sujas’ (mas assustadoramente livres) são, em última instância, uma ameaça à família, à propriedade e ao patriarcado” (ibid, p. 154)<sup>27</sup>.

A ideologia neofascista trata diferentes esferas da vida oferecendo uma dada visão de mundo, um senso comum e um ideário articulado, mesmo que suas teorizações sistemáticas sejam frágeis. Seus intelectuais orgânicos e tradicionais foram capazes de levar as massas às ruas, construíram uma dada hegemonia e geraram deslocamentos de classe em relação aos

---

<sup>26</sup> Um dos inimigos do neofascismo, o vagabundo, estrutura-se por determinantes de classe, raça e por posicionamentos em relação a visões de mundo, ao mesmo tempo em que reatualiza um traço de dominação do negro inscrito na formação social desde a escravidão. Na campanha de Bolsonaro havia a representação de gestos imitando armas em que eram supostamente defendidas ampliações de defesa pessoal dos “cidadãos de bem”. Assim, “a associação direta (...) entre a população negra predominante nas periferias e favelas urbanas e a criminalidade (...) reforça o componente racista da ideologia bolsonarista” (Mattos, 2020, p. 181).

<sup>27</sup> Ressalta-se “o que é interessante observar é que a pauta das mulheres, de fato, se tornou central, ainda que do avesso e sendo tragada pelo conservadorismo” (ibid, p. 155).

dominados e dominantes. Trata-se de uma ideologia orgânica que consegue construir conexões na sociedade política e sociedade civil de forma a influenciar a história.

Seria ainda impossível não tratar dos movimentos, as manifestações de 2015 foram convocadas por novas organizações da extrema-direita. Ressalta-se novamente o importante papel do Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua e o Revoltados Online. Uma das novidades em relação à direita tradicional era sua capacidade e intenção de tomar as ruas. Não é possível deixar de notar que o esforço de dominação burguesa foi quase sempre em sentido desmobilizador, a estratégia neofascista é diversa como a fascista o foi.

São costumeiros os argumentos que contestam a existência de um neofascismo brasileiro apontando a inexistência de um partido. Reconhece-se que “uma organização partidária de programa e prática fascistas lhe seria muito mais útil” (Mattos, 2020, p. 273), porém as táticas neofascistas parecem contornar as debilidades que decorreriam desta fragilidade. Mesmo que o programa neofascista não tenha sido integralmente assumido por um partido, diversas legendas tomaram suas pautas. Embora não houvesse um partido neofascista, existiam vários defendendo elementos que podem ser identificados como neofascistas. Não estavam organizados em um partido, mas não estavam desorganizados.

A inexistência de um partido não impossibilitou a realização de manifestações massivas. Construíram nexos na sociedade política e na sociedade civil de forma a possuir capilaridade com parcelas amplas da população e foram capazes de construir e disseminar uma ideologia que teve aderência na burguesia, na classe trabalhadora e na pequena-burguesia. Assim, um dos motivos que supostamente traria maior fragilidade ao neofascismo, a inexistência de um partido homogêneo, é real, mas precisa ser relativizada.

## **Apontamentos finais**

Análises sobre o neofascismo costumeiramente são iniciadas tratando das jornadas de 2013, esta leitura é parcialmente correta. Embora tenham gerado uma mudança qualitativa na conjuntura com consequências sobre a dinâmica de classes e padrão de dominação, havia anteriormente na sociedade civil e sociedade política algo que se denominou como nova direita. Alguns situam seu início na redemocratização, outros apenas durante os governos petistas. Não se visa negar a descontinuidade que 2013 representa, apenas apresenta-se os determinantes de continuidade que podem ser encontrados em relação a esta nova direita ainda sem influências de massas, apoio da burguesia e distante do poder central.

As jornadas representam a chegada da crise econômica e política. A gestão petista passava a não gerar resultados satisfatórios e as massas saíram às ruas para protestar. Em termos do significado histórico que os eventos têm para o surgimento do neofascismo apontam-se dois pontos. O primeiro era a fragilidade que se encontrava o PT, incapaz de evitar manifestações de massa que confrontavam o governo e de absorver as demandas das ruas e transformá-las em um programa de ação concreta da classe.

Ao mesmo tempo a nova direita fazia seus primeiros ensaios de rua. Embora parte dos movimentos que convocaram as manifestações de 2015 só nascesse pouco depois, vários de seus líderes estavam presentes em 2013 e pautas como o “fim da corrupção” e “contra os partidos” já eram encontradas de forma embrionária. O ano de 2014 não foi marcado por grandes mobilizações, embora o resultado das eleições presidenciais mostrasse que a direita conservadora estava mais organizada. Derrotada nas urnas, a direita persiste no

enfrentamento ao governo chamando inicialmente protestos esvaziados que logo são substituídos pelas massas verde e amarela. Avalia-se que o neofascismo surge neste momento.

Mesmo que a nova direita desfrutasse de capilaridade social, não dispunha de apoio de massas e da classe dominante. O neofascismo, daí o recurso a categorização, só pode ser caracterizado assim por ser inicialmente um movimento de massas de composição pequeno-burguesa que posteriormente tem seu conteúdo de classe deslocado em direção aos interesses da grande burguesia. Foi assim no fascismo histórico e no neofascismo brasileiro.

As semelhanças não param por aí. Gramsci apontou o fascismo como a solução possível à disposição das classes dominantes italianas no sentido de, mediando sua dominação política através de uma figura cesarista, realizar transformações econômicas demandadas pelo capitalismo global. Mesmo que coubesse uma avaliação mais detalhada (Mota, 2019, p. 140), a defesa do programa ultraliberal pelas classes dominantes brasileiras foi um fato, evento em sintonia com fenômenos internacionais.

Este foi o programa do golpe, do governo Temer e de Bolsonaro. Qual foi o impasse que se viu as classes dominantes no período? Os massivos atos de 2015 acabaram por levar a crise política às últimas consequências. Se em vários aspectos as jornadas de junho de 2013 e as manifestações da extrema-direita em 2015 são diversas, elas possuem em comum o fato de serem episódios da crise política recente pela qual passou o país.

Incapaz de prosseguir através de seus próprios partidos e intelectuais, a burguesia parece ter enxergado no neofascismo a sua única possibilidade de levar a cabo as reformas ultraliberais. Isto é, semelhante ao fascismo histórico, o neofascismo apresenta-se como uma solução conservadora e contrarrevolucionária na perspectiva da luta de classes ao mesmo tempo que é capaz de promover transformações na economia.

O neofascismo também está ligado à formação social. Consideradas as devidas mediações da forma capitalista, o neofascismo e seu caráter racista são uma forma de reatualização de aspectos escravistas da formação brasileira. As relações escravistas engendraram uma situação desfavorável aos negros e o neofascismo busca incidir nas relações de forças através de construções ideológicas que são funcionais ao aumento da exploração da força de trabalho negra. Igualmente teve-se a oportunidade de investigar como consolida-se o capitalismo brasileiro através de uma autocracia burguesa. O sentido histórico autocrático de nossa formação social foi construído através de um movimento de contrarrevolução preventiva e permanente. O neofascismo reatualiza essas determinações.

Se na análise seminal a transição capitalista era outra, no caso do neofascismo observa-se a possibilidade de transição do neoliberalismo para o ultraliberalismo, seja como nova fase do capitalismo ou do neoliberalismo. As transformações são diversas, mas ambos são momentos de transição e neles, sem que existam ameaças da classe trabalhadora, a burguesia brasileira parece lançar mão de uma estratégia de contrarrevolução preventiva e permanente. O neofascismo aparenta ser uma possibilidade disponível e realizada pelas classes dominantes brasileiras de reatualização da autocracia burguesa, ou seja, de uma estratégia de atuação política de classe em sentido contrarrevolucionário.

Por fim, o que se pode dizer sobre o neofascismo no âmbito do Estado? Uma primeira pergunta seria, existe um Estado neofascista? De antemão a resposta parece negativa. Embora tenha existido um governo com integrantes e presidente neofascistas, manteve-se diversos determinantes do Estado democrático liberal, mesmo que quase sempre

tensionados pelas novas forças da extrema-direita. Contudo, a resposta não pode ser simplesmente negativa.

O Estado deve ser apreendido em suas determinações na sociedade política e na sociedade civil, o neofascismo ocupa espaços relevantes em ambas, ainda que não tenha fundado um Estado diverso. Em maior nível de abstração, numa tentativa de apreensão de unidade-distinção entre estrutura e superestrutura, pode-se compreender o Estado como relações de forças, ela envolve um momento econômico, político e militar.

Se parece incorreto falar de um Estado neofascista não seria exagero precisar que o neofascismo representa uma concreta – e diferenciada em relação a um Estado liberal em tempos mais ou menos normais – relação de forças do Estado nos embates da luta de classes. Embora não tenha sido capaz de fundar um Estado, inaugura uma nova relação de forças que é central para compreensão geral dos elementos da conjuntura. Mesmo em nível menor de abstração, no que diz respeito ao debate dos regimes políticos, não se pode considerar o governo Bolsonaro exitoso no sentido da implementação de um regime neofascista.

## Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, Boitempo, 2018.

BALSA, J. Uma avaliação das leituras filológicas da obra de Gramsci e seus possíveis aportes para as estratégias políticas. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 5, p. 82-104, Ago/Dez, 2019.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2008.

BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política. Porto Alegre, Zourk, 2018.

CALIL, G. Gramsci e o fascismo in CISLAGHI, J; DEMIER, F. **O neofascismo no poder (Ano I)**. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COSPITO, G. **El ritmo del pensamiento de Gramsci**: una lectura diacrónica de los Cuadernos de la cárcel. Buenos Aires, Continente, 2016.

DEMIER, F. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.

DEMIER, F. **Crônicas do caminho do caos**: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. Rio de Janeiro, Mauad X, 2019.

- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Editora Globo, São Paulo, 2005.
- FILIPPINI, M. Crise de autoridade. In LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo, Boitempo, 2017.
- FROSINI, F. **Ideologia em Marx e Gramsci**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 559-582, jul./dez. 2014.
- FROSINI, F. **La religione dell'uomo moderno: politica e verità nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci**. Roma, Carocci editore, 2010.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino, Einaudi, 2014. 4v.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**, v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- GRAMSCI, A. **L'Ordine Nuovo (1919-1920)**. Milano, Pgreco Edizioni, 2020.
- GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**, v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 2014.
- HIRANO, S. **Formação do Brasil Colonial: pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo, Edusp, 2020.
- LIGUORI, G. Os estudos gramscianos hoje na Itália: entre filologia e política. *In*: BIANCHI, A.; MUSSI, D.; ARECO, S. (orgs.). **Antonio Gramsci: filologia e política**. Porto Alegre, Zouk, 2019.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa**. São Paulo, Usina Editorial, 2020.
- MATTOS, M. B. De Junho de 2013 a Junho de 2015 in DEMIER, F.; HOEVELER, R (orgs). **A onda conservadora**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros in SOLANO, E.; ROCHA, C (orgs). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, L. F. Há solução sem revolução? In PINHEIRO-MACHADO, R; FREIXO, A (orgs). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2019.

MOTA, A. E. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultra neoliberalismo brasileiro in CISLAGHI, J; DEMIER, F. **O neofascismo no poder (Ano I)**. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo, Anita Garibaldi, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *In*: SOLANO, E.; ROCHA, C (orgs). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira**. Brasiliense, São Paulo, 1987.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo, Todavia, 2021.

VOZA, P. Intelectuais in LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo, Boitempo, 2017.